

O tema do STF de número 841 trata sobre a Constitucionalidade do art       da Constituição Federal alterado pela EC    que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica

O tema do STF de número 841 afirma que É constitucional a exigência de comum acordo entre as partes para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica conforme o artigo       da Constituição Federal na redação dada pela Emenda Constitucional